

Entrevista com
Ernesto López-Morales

Experimentos urbanos neoliberais na América Latina

Rio de Janeiro, 2019. Quem chega hoje à área portuária da capital carioca vê apenas o espectro da transformação anunciada pelo Porto Maravilha. Anunciada em 2009, a revitalização da região era lançada como “um sonho tornado realidade” – rompendo com a série frustrada de tentativas de renovação urbana que já se arrastavam há, pelo menos, três décadas – e logo se tornou numa das maiores promessas do legado olímpico. Passados dez anos desde sua instituição, no entanto, o projeto caminha em águas turvas.

Com o objetivo declarado de converter o perfil marcadamente popular e fisionomia portuária da região num dinâmico vetor de expansão imobiliária, atraindo cerca de 100 mil novos

moradores, a operação incluía grandes intervenções nas infraestruturas de mobilidade, energia elétrica, telecomunicações, esgotamento sanitário e abastecimento de água ao longo de quase 5 milhões de m², além de prever a instalação de equipamentos-âncora, como o Museu do Amanhã, para reposicionar culturalmente a região na hierarquia dos lugares da cidade. A megaescala do projeto também estava nas cifras, alcançando R\$ 8 bilhões. Os recursos necessários para a revitalização seriam captados pela venda de espaço construído por meio dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo, os CEPACs, muito embora o fundo público – vindos do erário municipal e, sobretudo, dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – logo

Ernesto López-Morales

é professor associado do Departamento de Planejamento Urbano da Universidade do Chile e pesquisador associado do Centro de Estudos de Conflito e Coesão Social (COES, na sigla em inglês). Sua tese de doutorado foi agraciada com o Prêmio de Melhor Tese Iberoamericana em 2002.

elopez@uchilefau.cl

se revelasse fundamental para financiar o projeto¹.

Desde então, pelo menos R\$ 5 bilhões já foram pagos à parceria público-privada de execução das obras e gestão dos serviços públicos da área portuária, a cargo das empresas Odebrecht, OAS e Carioca Christiani-Nielsen, mas, desde 2016, o Porto Maravilha enfrenta dificuldades. Após alguns anos de avanço entusiasmado do projeto, o funcionamento das engrenagens financeiras do Porto Maravilha sofreu bruscamente com a ruptura da aliança PT-PMDB e o desmantelamento da coalizão de poder arregimentada entre o poder político e as grandes empreiteiras. Além disso, a deterioração das contas públicas em âmbito local, por um lado, e a desconfiança do mercado imobiliário na área central, por outro, agravaram os efeitos da recessão sofrida pelo país e desaceleraram ainda mais a produção imobiliária da área portuária, levando à interrupção das obras e à suspensão do contrato.

O grau de insucesso do Porto Maravilha, visto a olhos nus, oculta, ainda assim, uma série de mudanças na governança urbana da cidade. Para que o projeto saísse do papel um conjunto expressivo de inovações normativas – que envolveu a regulamentação de instrumentos urbanísticos e de institutos de parceria, a concessão de benefícios fiscais, a flexibilização de normas de uso e ocupação do solo e a edição de novas diretrizes de investimento e de alienação do fundo público – foi levado a cabo. Junto ao novo arcabouço jurídico, ademais, um novo corpo institucional foi criado no interior da Prefeitura do Rio de Janeiro com o objetivo de promover a revitalização da zona portuária, enquanto uma série de prerrogativas públicas era transferida para a órbita da administração indireta, com a criação da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP). Por outro lado, a privatização de terrenos públicos – majoritariamente, de titularidade da União – avançou a passos largos: com pouco mais de 400 mil m² destravados ao mercado, os terrenos mercantilizados equivalem a 57 Maracanãs. Em seu conjunto, as iniciativas, combinadas à execução de remoções e à militarização de territórios populares localizados na região, parecem promover uma verdadeira inflexão na configuração urbana do Rio de Janeiro.

Processos semelhantes vêm ocorrendo em outras cidades. Como o Porto Maravilha, diversos são os experimentos de recuperação urbana de distritos centrais e *waterfronts* portuários que se espelham em práticas de construção especulativa do lugar características do empreendedorismo urbano descrito por

Harvey (2005). Na América Latina, em particular, as experiências muitas vezes são impulsionadas por constrangimentos externos decorrentes da imposição de políticas de ajuste econômico e da disseminação de boas práticas (*best practices*) pelas agências multilaterais. Num enquadramento geral, as cidades parecem repetir, assim, as diretrizes neoliberais, criando versões locais de um mesmo fenômeno global e excludente (THEODORE et al, 2009). É o que nos conta o professor chileno Ernesto López-Morales.

Você está aqui no Rio de Janeiro para acompanhar de perto os últimos desdobramentos do Porto Maravilha, como parte da pesquisa comparativa que reúne pesquisadores de quatro países da América Latina, incluindo o INCT Observatório das Metrôpoles. O que te chama mais atenção no caso brasileiro?

E - *Porto Maravilha* tiene una escala mayor y una incidencia mayor de Estado en el diseño inicial. Por lo que entiendo, el proyecto tiene una rigidez muy difícil de mudar, mismo en el nuevo escenario de crisis. El poder de blanqueamiento simbólico y la reconfiguración social siguen fuertes. En esto también lo noto distinto a los otros casos: *Porto Maravilha* que no tuvo problema en entrar en las favelas. En otras ciudades, el intento de normalización y colonización de las favelas resultó fallido y se produce el concepto de no penetrar las favelas – y las favelas tampoco penetran la operación. Una barrera más entre lo “anormal” y lo “normal” que divide nuestras sociedades.

Há um debate de certa envergadura na academia brasileira com relação às possibilidades de identificarmos processos de gentrificação no contexto brasileiro, que tanto difere da trajetória histórica e da configuração socioespacial de países centrais. No caso do Porto Maravilha, você observa indícios de gentrificação, mesmo com a crise recente e a interrupção do projeto?

E - *Porto Maravilha* tiene como punto de partida un proceso de mudanza socio-espacial que la gente puede definir como gentrificación. Digo esto en una perspectiva muy amplia, adaptativa, porque es un concepto muy disputado por la academia. Esto es algo que exploramos con Loretta Lees y Hyun Bang Shin. No estoy hablando de la gran narrativa ocurriendo en todas las parte del mundo como hablan los marxistas radicales. Esa es una perspectiva muy

¹ Para saber mais sobre o modelo financeiro do Porto Maravilha, ver: WERNECK, 2016.

estructuralista, muy normativista. De manera más amplia, la gentrificación tiene que ver con mudanzas sociales. Es importante tener en consideración las especificidades, el contexto, la trayectoria de cada caso, pero, estamos siempre hablando, en mayor o menor medida, de un aparato o régimen de mudanza urbana para fines de reproducción y acumulación de capital que genera muchas desigualdades y mucha exclusión, un urbanismo excluyente.

En nuestra investigación, el caso brasileño de *Porto Maravilha* es probablemente el más conocido. Por otro lado, fue importante discutir el barrio de Colonia Juárez, en México, que casi nadie conoce. El proceso de mudanza socio-espacial con exclusión en Colonia Juárez es muy violento, y creo que esta investigación ha ayudado a Colonia Juárez a hacer más conocida. Parque Patricios, en la zona sur de Buenos Aires, Argentina, es un caso que la gente tampoco conoce mucho, pero es agresiva la inversión directa que han estado haciendo en infraestructura. Y lo mismo sigue en Santiago de Chile. Son todos casos nodos de mudanza socio-espacial al mismo tiempo, son distintas manifestaciones, distintas materialidades, distintas fuerzas, distintas relaciones de poder.

Como, então, armar um aparato metodológico para comparar casos tão distintos?

E - Nosotros les aplicamos a tres dimensiones importantes. La primera es institucional. La reconfiguración del Estado es algo muy importante, así como son las configuraciones paraestatales. Los Estados están comportándose de acuerdo a las necesidades del capital transnacional, pero han estado mudando también, incluso penetrando en zonas que no tienen regulación y que no tienen permiso para penetrar tradicionalmente. En México, se están haciendo las privatizaciones del espacio público, por ejemplo.

La segunda dimensión de análisis tiene que ver con las complejidades del conflicto social. Gentrificación no es más desplazamiento, o no es más solo desplazamiento. La gentrificación genera conflicto racial, genera conflicto de género, genera conflicto generacional, genera otras complejidades, entonces esta segunda dimensión de análisis es interseccional. La adversidad racial en América Latina es muy importante - especialmente en México, Brasil y en Chile - porque es parte constitutiva del sistema de opresión y dominación histórica. Y lo que el proceso de gentrificación está haciendo es transformar y también utilizar esas estructuras de dominación. Eso que está por detrás de la discusión de blanqueamiento - de la arquitectura y del plano simbólico, pero también

blanqueamiento de las caras, de los rostros, del cuerpo que es blanqueable.

La tercera dimensión tiene que ver con las mudanzas espaciales y ahí la hipótesis es que el Estado precisa invertir muchas cantidades de dinero vía infraestructura. Y esas mudanzas también tienen que ver con la contradicción de Henri Lefebvre entre el espacio vivido y el espacio concebido, el espacio de las relaciones sociales cotidianas y el espacio de los planificadores, del poder de Estado o de configuración paraestatal al final. En todos, excepto Santiago, el Estado (a nivel nacional o nivel local) precisó invertir en una transformación radical de la estructura urbana.

En Santiago no se tiene infraestructura específicamente orientada para alimentar la seguridad, la conectividad o mismo una arquitectura de marca que gatille el proyecto. Tal vez porque Santiago es donde el sistema neoliberal de mudanza socio-espacial funciona más tranquilamente, está más consolidado en la sociedad. Entonces, el Estado no necesita proteger al mercado, el mercado va y resuelve solo. México, Brasil y Argentina tienen muchas más resistencias por diferentes causas. Chile es el paraíso de Friedman.

No caso brasileiro, foi necessário que se criasse um novo aparato normativo e institucional para a execução do Porto Maravilha, incluindo a criação da CDURP, que, sendo uma empresa de economia mista, promove aquilo que Maria Sylvania Di Pietro² chama de “fuga do direito público”. É disso que se tratam as configurações paraestatais?

E - Exactamente. Eso es distinto entre los casos y probablemente el caso mexicano es más parecido con el brasileño. Porque acá ustedes tienen CDURP y en el área central de México se tiene el ProCDMX [la Agencia de Inversión y Desarrollo del Gobierno de la Ciudad de México], creado por el ex alcalde Miguel Manera hace ocho años. ProCDMX ha cambiado el estatuto de Ciudad de México, que no más es distrito federal, pero CDMX - de manera muy parecida a Nueva York y otras operaciones de city branding. Fora eso, ProCDMX tiene sólo operaciones fallidas. Una de esas es Chapultepec, un corredor cultural de 2km de privatización de espacios públicos, arriba privatizados para emprendimientos comerciales, y autos subterráneos; hay mismo un museo como el *Museu do Amanhã*. Es un proyecto de súper transformación

² Ver: DIPIETRO, 2015.

y blanqueamiento de Estado.

En 2015, los movimientos sociales en México organizaron solos, con mucha resistencia del Estado de Ciudad de México, un referéndum y la población ha votado contra el megaproyecto, y los activistas de Colonia Juárez, el caso que nosotros estudiamos, fueron fundamentales para esa campaña contra el corredor Chapultepec. Un segundo proyecto todavía está en proceso para la privatización de un parque público, el parque Chapultepec, el más importante de Ciudad de México. Estamos hablando de más o menos 40 mil metros cuadrados de construcción de espacio privado. En retribución, los empresarios privados construyen la infraestructura pública: el centro intermodal de transporte. ¿Qué les parece eso? Eso es muy fuera del concepto que uno puede tener de lo público o privado.

No Porto Maravilha, a cultura é realmente uma moeda de troca para a legitimação do projeto, tanto para os moradores e os grupos organizados da área portuária, como para aqueles de fora. Mesmo com o reconhecimento, em certa medida, da área portuária como um território negro, o processo de branqueamento é latente, e muitos estudiosos criticam a apropriação da herança negra pelas autoridades por seu tratamento folclorizado. Como se revelam as tensões raciais nas demais cidades?

E - En el caso de México, la premisa del Estado es blanquear, sin interlocución. El objetivo es dejar en manos de la empresa privada la construcción de equipamientos urbanos en un espacio tradicional de la pobreza. Hay mucho desplazamiento ahí, mismo el desplazamiento de actividades “anticívicas” como el comercio de drogas, el sexo, la informalidad y la transacción de comida. Yo creo que es una institución cultural el comer en la calle en México y la idea es eliminarlo. Buenos Aires, por otro lado es una ciudad que ahora recibe mucha inmigración internacional latinoamericana, negra, pero es una de esas ciudades emblanqueada desde el comienzo, pues hay una mitología nacionalista de Buenos Aires como una ciudad europea, una ciudad que incluso la clase obrera es italiana o judía. En Chile, son las empresas, el capital privado, que tiene que lidiar con las contradicciones raciales y eso es latente cuando quieren vender nuevas espacialidades y nuevos emprendimientos. Si usted analiza las publicidades del mercado inmobiliario chileno son todos rubios, todos blancos. Nadie muy mestizo ni muy oscuro. Es un habitante nuevo,

más blanco que el habitante de las zonas populares, que se están transformando en el centro de Santiago.

Diante das tensões que se evidenciam nos experimentos de recuperação urbana de áreas centrais e portuárias, quais desafios acadêmicos e políticos devem ser enfrentados para o entendimento do conceito de gentrificação?

E - Cuando hablamos a nivel institucional hay que proponer algo. La propuesta no puede ser “no queremos desarrollo inmobiliario”, o “no queremos más capitalismo”, eso es una utopía a largo plazo. Para mañana, se necesita denunciar las injusticias de la mudanza socio-espacial cometida por las Asociación Público-Privada o configuraciones paraestatales. Las denuncias tienen por objeto exigir respuestas de vivienda para las sociedades, con localización, no 20 km para la *Baixada Fluminense*, pero con buena localización geográfica y vivienda con oportunidad. Eso es una reclamación que hay que hacer desde muchos lugares.

Primero, en el campo académico, las pesquisas de gentrificación son muy importantes para documentar y comprender cuándo se fue la gente, porque se fue, en qué condiciones se fue y cómo se dio el conflicto. Segundo, creo que a nivel conceptual otras narrativas tienen que ser incluidas, no solo es económica, pero también es social e interseccional. Junto a las cuestiones de género, en la América Latina la demanda racial debe ser destacada e incorporada en la discusión de gentrificación.

El proceso de gentrificación tiene que proveer de esas explicaciones importantes y complejas. No es sólo clase social, no es sólo quien puede tener la capacidad económica de permanecer o capacidad política de exigir permanencia en el espacio, sino que también tiene que ver con estructuras que son mucho más históricas y mucho más relacionadas con la propia cultura de las personas. Es muy importante que los aspectos de género y raza se entiendan conjuntamente.

Y la tercer cosa, creo que la gentrificación tiene que considerar más importantemente no sólo las respuestas, reacciones, optimismo, pero también las propuestas, las contrapropuestas, las alternativas que surgen de las organizaciones sociales que están enfrentando este gravísimo problema de la distribución, las oportunidades de vivienda. Creo que ahí tienen buenas experiencias. En el caso de *Porto Maravilha* tienen 2 buenas experiencias que comunicar ¿Qué acontece ahí? ¿Cómo puede ser resuelto? Pero

hay distintas respuestas sociales imaginables con el colectivo de las ciudades, como las personas de Colonia Juárez, en México.

Analisando os processos de gentrificação em diferentes cidades, como surgiram as resistências e que atores se destacam?

E - En el caso de México es más multclasista, es muy distinto, las condiciones son distintas, son movimientos liderados por las clases medias, no tienen movimientos más de clase popular, lo que configura un problema. Para los mexicanos, es un problema y una virtud en tener una vinculación más directa con los universitarios, por ejemplo, o más horizontal. Ellos mismos son universitarios. En México son los oprimidos por la sociedad, pero que tienen un alto capital social. Líderes hablan de oprimidos y se constituyen también en maquinistas contra el desplazamiento, contra las injusticias y se solidarizan con los segmentos subalternos. Se produce una solidaridad en regiones.

Es importante en ciudad de México una alianza entre clases sociales, medias y bajas, y eso es posible porque hay un importantísimo segmento de clase media que siente que son oprimidos en su historia. Un país que está acrecentando su bipolaridad social en los distintos sectores, en distintas formas, incluso la violencia narco es acrecentar la polarización social, la gente siente que no tiene suficiente dominio sobre esa área porque el narco es el que está en esa área. El desarrollo inmobiliario en México es hecho también con dinero de narcos, y ahí está el blanqueamiento de dinero. Ese es el modelo de la resistencia, y es muy distinto al caso brasileño.

En el caso brasileño de *Porto Maravilha*, creo que es una movilización liderada por movimientos sociales, por líderes que tienen primordialmente una conciencia de clase, una conciencia social. Son trabajadores sin casa, sin techo. Es una resistencia más clásica, en el sentido de que son trabajadores organizados a nivel nacional, en contraposición el movi-

miento mexicano que es emergente por la lucha de la zona central.

En el caso chileno no hay reacciones, al menos en los casos que observamos. Eso es problemático porque la gente todavía tiene confianza en el mercado inmobiliario y que el mercado lo va a resolver. Es increíble que un país de 17 millones de habitantes, que tiene 500 mil hogares en déficit habitacional y 45 mil hogares más abajo del déficit viviendo en favela, asentamientos. Se tiene 200 mil hogares viviendo en hogares de otras personas, molestando la vida de otras personas para vivir ahí. 200 mil hogares es mucho, es el 40% del déficit. Aun así la sociedad chilena no organiza, no lucha.

Las luchas por las viviendas en Argentina indican otro tipo de inclusión. Es una inclusión que yo creo por las vías de las oportunidades de movilidad social, no por la geografía de oportunidades. El problema que nosotros observamos del caso argentino es que ya no es un caso donde mucha gente vivía, no hay suficiente densidad. En Brasil la densidad es más, y en México muchísimos más. Lo importante es decir que, en los diferentes casos, hay movimientos de resistencia por ciudades más justas.

BIBLIOGRAFIA

- DIPIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública:** concessão, permissão, franquía, terceirização, parceria público-privada e outras formas. São Paulo: Atlas, 2015.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.
- THEODORE, Nik; PECK, Jamie; BRENNER, Neil. **Urbanismo neoliberal:** la ciudad y el imperio de los mercados. Temas Sociales, Santiago de Chile, 66, mar. 2009.
- WERNECK, Mariana. **Porto Maravilha:** agentes, coalizões de poder e neoliberalização no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016. 249 p. Dissertação. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ. ■

Mariana Werneck é bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), é mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e pesquisadora da rede INCT Observatório das Metrôpoles. marianagsw88@gmail.com

Bruna Ribeiro é socióloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), é mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e pesquisadora da rede INCT Observatório das Metrôpoles. cribeirobruna@gmail.com